

O Mundo em Português Nº20

Maio 2001

Pôr em Causa a Política da Régua e Esquadro

Fernando Balthazar de Lima

Colocando, à partida, de parte a hipótese de Cabinda poder vir a ser um país independente, importa saber quando é que o território poderá vir a gozar de uma autonomia. Este é um cenário viável, mas só poderá começar a desenhar-se quando Angola resolver acabar com a guerra.

Colocando, à partida, de parte a hipótese de Cabinda poder vir a ser um país independente, importa saber quando é que o território poderá vir a gozar de uma autonomia. Este é um cenário viável, mas só poderá começar a desenhar-se quando Angola resolver acabar com a guerra

A questão de Cabinda - mediatizada agora devido à existência de reféns europeus em posse dos movimentos que reclamam a independência do território - traz de novo à ribalta um dos mais melindrosos problemas de África: o mapa político do continente traçado a régua e esquadro por força dos apetites coloniais sentados à mesa da Conferência de Berlim (1884-1885).

O melindre da herança justifica o ênfase que a Organização de Unidade Africana (OUA) pôs no respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo à altura da aprovação da Carta da organização em 1963, a época da vaga de fundo das independências no continente. Por forma a contornarem-se conflitos maiores, foram deixadas em estado latente as conflitualidades resultantes de movimentos de ocupação e conquista pré-coloniais, o cimento de cultura, língua e etnicidade foi sacrificado no altar da necessidade do "estado moderno" em África. Daí a subjacente necessidade do "partido-estado" e do Estado como impulsionador da "nova nação".

Durante décadas foi tabu na OUA a luta da Eritreia pela sua independência da Etiópia, mesmo que a história demonstrasse uma identidade mais ou menos recente em torno da causa dos eritreus. As dramáticas mudanças de conjuntura internacional dos anos 90 forçaram finalmente a Etiópia a ceder. A OUA mais não fez que reconhecer os acordos entre Asmara e Addis Abeba, fazendo tábua rasa de um precioso autismo que tem mantido formalmente a celebrada "unidade africana" contra ventos e marés.

Cabinda não é excepção neste contexto. É por isso que as várias FLEC's (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) têm os seus movimentos mais publicitados em Lisboa, Paris e Bruxelas do que em Addis Abeba, onde estão os escritórios centrais da OUA. A FLEC foi criada em 1963 em Ponta Negra no Congo, mas após 1975 (altura em que Angola se torna independente) a sua presença em Brazzaville e Kinshasa passa a ter menos visibilidade.

Na cimeira da OUA em Kampala, no mesmo ano, houve diligências para que o assunto Cabinda fosse levantado, mas os apoios divididos aos movimentos que se digladiavam em Angola acabou por relativizar o problema do enclave. A FLEC nem sequer gozava do estatuto de movimento de libertação junto da OUA. Agostinho Neto, o presidente do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), neutralizou junto de Marien Ngoubi, o presidente congolês, as "simpatias históricas" pela causa de Cabinda, deixando Mobutu mais isolado e sobretudo empenhado na altura no apoio à FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Não há questão jurídica

No início de 1975 eram assinados, no Alvor, os instrumentos jurídicos entre Portugal, o MPLA, a FNLA e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) garantindo o acesso de Angola à independência, considerando-se sem ambiguidades Cabinda como parte integrante do território angolano.

Do ponto de vista do direito internacional público, não tem relevância a argumentação do vínculo histórico entre Portugal e Cabinda por força do Tratado de Simulambuco, assinado em 1885, dado tratar-se claramente de um vínculo de natureza colonial, situação extinta com a independência de Angola a 11 de Novembro de 1975 e o seu acolhimento no seio da ONU (Organização das Nações Unidas) como membro de pleno direito, situação aceite e reconhecida por Portugal. Do ponto de vista dos Direitos Humanos, à luz do que hoje se designa por "direito de ingerência humanitário", a situação em Cabinda, segundo observadores internacionais, está longe de ser comparada às situações do Kosovo ou de Timor-Leste. Elementos das elites cabindas sempre tiveram um estatuto proeminente nos quadros do MPLA e da UNITA, no governo pós-independência, o mesmo se passando na hierarquia da igreja católica. Na Comissão de Direitos Humanos da ONU não foram apresentadas queixas de Estados membros relativas a violações graves do princípio de igualdade de que gozam os cabindas enquanto cidadãos angolanos.

Se do ponto de vista jurídico se afigura difícil a argumentação de legitimidade da causa Cabinda, as condições objectivas que ditaram o percurso de Angola no pós-independência mais não têm feito que exacerbar os sentimentos independentistas no território, mau grado a FLEC-FAC (Forças Armadas de Cabinda), a FLEC-Renovada e a FDC (Frente Democrática de Cabinda) nem sempre terem mostrado claros sinais de liderança na tradução política dos anseios secessionistas.

A guerra, e sempre a guerra, segundo a argumentação governamental, não tem permitido dar um estatuto de desafogo económico e bem estar social às populações do território, não obstante quase dois terços da extracção petrolífera nacional se processar em Cabinda. As medidas de excepção encetadas pelo governo são consideradas insuficientes. Durante o período de paz que mediou entre o Acordo de Bicesse em 1991 e as eleições gerais de Setembro de 1992, o governo angolano considerou seriamente a possibilidade de se estabelecer um plano concreto de apoio económico a Cabinda, nomeadamente a atribuição ao território de 10 por cento das receitas da exploração do petróleo. Na mesma altura terão sido estabelecidos contactos com as várias facções defendendo os interesses de Cabinda no sentido de se considerar o estabelecimento de um regime de autonomia para o território.

Autonomia sim, independência não

Em 1993, 1994 e 1995 foram reportados vários encontros entre as autoridades de Luanda e representantes das várias FLEC's, nomeadamente em Libreville, no Gabão, e em Paris.

Na capital francesa, o Presidente José Eduardo dos Santos terá encontrado N'zita Tiago, o presidente da FLEC-FAC, encontro facilitado pelos bons ofícios da Elf, a companhia petrolífera francesa com interesses quer em Cabinda, quer na zona congoleza sub-adjacente de Ponta Negra. Em cima da mesa estava uma vez mais o estatuto de autonomia. O secretário-geral do MPLA, João Lourenço em visita recente a Lisboa, deixou claro que o diálogo com a FLEC não está excluído. O mesmo não se pode dizer das premissas independência e referendo, recusadas liminarmente pelo representante de Luanda.

Em 1997, o governo angolano assinala o seu maior envolvimento regional do pós-independência. No Congo apoia as forças de Sassou Nguesso na tomada de Brazzaville e no Zaire apoia a rebelião de Laurent Kabila contra Mobutu. Do ponto de vista logístico foi seriamente afectada a rectaguarda das FLEC's nestes dois

países vizinhos. Foi o ponto final no capítulo da "guerra do petróleo" alimentada desde a independência de Angola pelos seus vizinhos ao Norte, utilizando a FLEC como carta de reivindicação nacionalista.

Observadores militares assinalam que os raptos de cidadãos europeus empreendidos nos últimos dois anos reflectem uma estratégia de desespero por parte dos grupos independentistas.

Os reféns garantem fundos, o "imposto vermelho" na argumentação da FLEC, uma forma de as empresas deixarem no território as contribuições que vão para as autoridades de Luanda. Os reféns garantem propaganda e publicidade à causa como o demonstram as mais recentes tomadas de prisioneiros. Os reféns são uma "dor de cabeça" extra para Luanda, empenhada em concentrar os seus esforços no plano militar e diplomático no combate à UNITA de Savimbi.

Militarmente há uma dispersão de meios, já que Luanda é forçada a abandonar a situação de "status quo" em Cabinda. No plano diplomático é a diversão num esforço mais ou menos bem sucedido na campanha pelas sanções contra a UNITA promovida pelas Nações Unidas, nomeadamente o controle dos "diamantes de sangue", a principal fonte de financiamento do movimento de Jonas Savimbi. São ainda sobressaltos adicionais junto da igreja católica, cuja hierarquia local não esconde simpatias pela causa emancipalista de Cabinda e que, no cômputo geral, está em claro desacordo com a estratégia de confrontação militar com a UNITA. Não é particularmente complicado prever um estatuto autónomo para Cabinda num cenário de razoável temporalidade. Mas a premissa mais complicada é o tempo. Tempo para resolver todo o complicado "puzzle" angolano. O sentimento independentista ou autonomista não é restrito a Cabinda, não é restrito a Angola. Existe por todo o continente em função da história herdada.

As guerras apenas fazem avivar esses sentimentos latentes, transformam em letra morta a Carta da OUA. É pelo fim da guerra que começa a resolução da problemática de Cabinda.